

A FORMAÇÃO TÉCNICA AGROECOLÓGICA E OS DESAFIOS PARA SUA INSERÇÃO NOS TERRITÓRIOS DE REFORMA AGRÁRIA

Rogério Gomes¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal trazer reflexões sobre os processos educativos e formativos promovidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Trata da dimensão pedagógica da alternância como estratégia entre a teoria e a prática na perspectiva agroecológica e os desafios da sua inserção prática nos assentamentos rurais.

Palavras-chave: formação técnica, agroecologia, pedagogia da alternância.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal trazer reflexões sobre os processos educativos e formativos promovidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Trata da dimensão pedagógica da alternância como estratégia entre a teoria e a prática na perspectiva agroecológica e os desafios da sua inserção prática nos assentamentos rurais.

Entre os trabalhos que compõem o debate ao respeito das práticas educativas no campo e o MST no processo de construção de um projeto educativo para a formação técnica em agroecologia destacamos a Lima et al (2015). Na compreensão sobre a prática educativa como formação cultural do MST desde a perspectiva de Caldart (2000; 2014), e desde as perspectivas de Rodrigues (2003) e de Paula e Savieli (2012) sobre a pedagogia da alternância como uma educação diferenciada.

O propósito como todo do trabalho consiste em salientar o caráter educativo do MST em sua trajetória histórica de luta de classes e a sua preocupação pela sua formação politécnica para a transformação dos territórios conquistados. Antes é necessário salientar o caráter educativo do MST como princípio vital vinculada ao trabalho, a organização coletiva e a transformação social.

O caráter educativo do MST

¹ Assentado pelo MST no estado de São Paulo e mestrando na Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' – Unesp, rogeragro12@gmail.com.

O MST, em 1985 em um congresso realizado no Paraná foram concebidos três objetivos conjuntos: A luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a luta pela transformação social. Neste sentido, o processo a luta do movimento compreende um sentido de multidimensional, não só se luta por um pedaço de chão mas também pela mudança social. O MST, também tem construído alguns princípios para encaminhar as formas seu caráter organizativo e de consciência de classe trabalhadora. Alguns dos princípios do MST, são: a direção coletiva, a divisão de tarefas, a disciplina, a planificação, a crítica e autocrítica, e o estudo. Consequentemente, o princípio educativo está relacionado ao trabalho, como a atividade vital. A educação vista como a construção pratica ligada a vida e a política.

Na história do MST vincula-se o processo de territorialidade do movimento com o processo de educação. Onde o desenho de escola estaria orientado por questões científicas com autonomia e a formas de relacionar o ensino com a realidade do mesmo lugar, e não como escolas convencionais, ou seja, a educação deve estar integrada com as questões reais e preocupações da vivencia cotidiana (CALDART, 2003). Partindo desse pressuposto, o MST, constitui uma educação intencional de pensar um conteúdo de educar pessoas sem separar a esfera educativa e o trabalho, é disser, uma formação humana para um novo sujeito social.

A Pedagogia do Movimento Sem Terra é o jeito através do qual o Movimento vem, historicamente, formando o sujeito social de nome Sem Terra, e educando no dia a dia as pessoas que dele fazem parte. **E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento, movimento que junta diversas pedagogias, e de modo especial junta a pedagogia da luta social com a pedagogia da terra e a pedagogia da história, cada uma ajudando a produzir traços em nossa identidade, mística, projeto.** Sem Terra é nome de lutador do povo que tem raízes na terra, terra de conquista, de cultivo, de afeto, e no movimento da história (CALDART, 2003, p. 51).

Nessa lógica, a pedagogia dos Sem Terra a teorias e a prática são traços do processo histórico de luta do movimento social. Sendo que para desafiar a matriz tecnológica o movimento assumiu como bandeira de luta a agroecologia e pensada como a materialização da reforma agrária, ela é pensada como a formulação pratica e política do exercício contraposto a agricultura convencional.

As considerações de educação e agroecologia, o debate tem se ampliado a soberania alimentar para os assentamentos rurais. A produção de alimentos, agroecologia e soberania

alimentar são alguns dos diversos temas que vem sendo debatidos em todas as instâncias do MST, e também sendo inseridos nos cursos promovidos pelo MST.

A agroecologia vem como uma saída contrapondo o atual modelo vigente de produção no campo, ela é contrária ao modo capitalista de fazer agricultura e conta com a resistência dos camponeses a não aceitar a implantação do pacote tecnológico nas comunidades, é fundamental a agroecologia e suas práticas agroecológicas para que possamos entender a estrutura dos agroecossistemas através do manejo adequado garantindo assim a promoção da diversidade e a integração dos ecossistemas naturais (PETERSON, 2012). Portanto, segundo Caldart (2017), é fundamental que as escolas do campo utilizem o campesinato como foco de instrumento de trabalho nas ações de seus educandos através de estudos teóricos e práticos.

Porque o estudo de que tratamos não é o estudo asséptico de conteúdos congelados, fragmentados e desligados dos fenômenos reais que em tese visam compreender. Estamos falando do conhecimento de fundo, tão rigorosos e relacionais que permitam reorientar ações, gestos e posturas na vida cotidiana, em suas diferentes dimensões (CALDART, 2017, p. 318).

Então a educação e a agroecologia, são esferas conjuntas de lógica de organização e que visa a formação humanística dos sujeitos e constitui a materialidade do projeto coletivo pela reforma agrária. Sendo que a prática educativa no MST nos cursos de formação, incorpora a pedagogia da alternância que é uma pedagogia diferenciada, o sujeito que aprende também ensina e que esse sujeito trabalha, a fim de atender às necessidades coletivas.

A Pedagogia da Alternância como pilar da Formação Técnica

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde 2002, mediante os cursos de Técnicos em Agroecologia as práticas educativas com característica de período de alternância e de convivência. Esta consolidação de práticas visa o desafio de formar ao sujeito em conhecimento técnico, e também político. Essa formação busca superar o modelo de produção agrícola convencional. Onde a organização social é direcionada pela luta política e a transformação social. A formação técnica se fortalece na necessidade de que os trabalhadores rurais devem estar preparados para trabalhos cada vez mais complexos no território, com ética e superação utilizando as tecnologias que auxiliem como forças produtivas e não destrutivas da vida (LIMA et al, 2015, p. 201). Porque, a formação “é um vínculo necessário com a

organização dos trabalhadores e inserção prática em lutas políticas materializando compromisso ético político e o intelectual, e pressionando a pesquisar dentro da realidade” (CALDART, 2014, p. 140)

Segundo Lima (2012), a pedagogia da alternância é uma proposta diferenciada da educação convencional, pois ela ajuda o educando a ter uma visão mais abrangente, mais específica e mais analisadora, ou seja, consegue trazer para a sua realidade uma série de conhecimentos que foram adquiridos em sala de aulas, e coloca-los em prática na sua vivência pessoal, ambiental, social e econômico, portanto Lima ressalta que a pedagogia da alternância favorece a prática educativa e contempla a defasagem do ensino escolar no campo.

Os instrumentos da Pedagogia da alternância extraem da realidade concreta, elementos significativos que motivam a relação ensino-aprendizagem. Esses elementos passam por um processo de reflexão nas áreas do conhecimento, possibilitando ao jovem perceber as contradições existentes dentro do seu próprio meio. Neste momento, o indivíduo toma distância de sua realidade e passa a analisá-la com um olhar científico, tomando dimensão entre o real e o ideal, sendo este a realidade projetada (LIMA, 2012, p. 7)

Por isso, a pedagogia da alternância vem inserida numa asserção a educação do campo, como tempo escola e tempo comunidade e ambas trazem princípios educativos e possui um preceito metodológico específico que é a formação de jovens no campo e para o campo através do desenvolvimento do estudo e trabalho do educando. Essa pedagogia vem contribuindo com os agricultores e as comunidades pois, os educandos aprendem conteúdos de diversas áreas do conhecimento no tempo escola e as executam no tempo comunidade, e tem por finalidade proporcionar uma educação com qualidade ao educando, fazer com que ele se torne um profissional e tenha uma ótima formação para que possa levar alternativas as comunidades, ou seja, que todo seu aprendizado seja focado nas realidades do campo (CALDART, 2003; 2017).

A pedagogia da alternância, como seu qualificativo disse, ela alterna entre tempos de formação e tempos na comunidade, tempos na escola e tempo na casa (com a família e o coletivo). Alterna tempos de aprendizados conceituais com crítica e autocrítica e tempos de prática, na perspectiva da formação integral do educando (NASCIMENTO, 2005, p. 65). Para Nascimento (2005) no surgimento da Pedagogia da Alternância havia três objetivos de formação, assim o autor aponta: 1ª - Uma formação técnica e prática direcionada para o conhecimento da agricultura; 2ª - Uma formação integral que assimila o entendimento das competências conceituais a nível global e, sobretudo, locais, ou seja, primeiro os educandos

compreendem a história da sua comunidade e depois as demais; 3ª – A formação humana centralizada nos princípios de seguidores religiosos.

Nas considerações relevantes ao respeito da pedagogia da alternância, Caldart (2000), disse que esse tipo de pedagogia promove uma formação para fomentar práticas e técnicas para a produção de alimentos sob valores humanistas para a coletividade e a natureza. O tempo escola consiste no exercício de reflexão teórica, é um tempo concentrado. E o tempo comunidade equivalente a experiência prática exercida a partir dos conhecimentos debatidos e outras cargas empíricas para tornar o aprendizado mais eficaz.

Nesse sentido a formação técnica e formação profissionalizante, sob a pedagogia da alternância supõe uma estratégia dimensionar na prática o apreendido no tempo escola, a final é o técnico o sujeito que compõe a transformação do território para o bem comum e da natureza (CALDART, 2014). A pedagogia da alternância promove uma formação técnica que tem responsabilidade compartilhada, pois, as tomadas de decisões partem de discussões coletivas, essa organicidade cria relações estreitas e de confiança com as famílias e vínculos entre diversos atores sociais.

A formação técnica fortalece as relações sociais de jovens e adultos e integra e interage esse profissional no mundo da solidariedade visando o desenvolvimento sustentável nos territórios. Ela parte do modo em que um aprende com o outro, passa seu conhecimento e também aprende, seja no dia a dia, e com as experiências adquiridas, ou seja, essa é uma nova forma de se ter formação e educação, juntando a teoria e a prática, a ação e a reflexão e vice-versa, numa formação que não se para, ela deve ser continua sempre aprendendo e transmitindo saberes diversos obtidos pela alternância (GIMONET, 1999, p. 45)

Tanto a prática educativa e a experiência prática são fundamentais para lidar com diferentes situações que exige tomada de decisões, e fortalece a busca do conhecimento, agindo de forma interdisciplinar (PAULA; SAVELI, 2012). Porém, na pedagogia da alternância e a formação técnica seguem sendo desafios articulados para o exercício prático nos territórios de reforma agrária.

A modo de conclusão: O técnico em agroecologia nos assentamentos de reforma agrária

A educação no processo de formação do técnico agroecólogo através da pedagogia da alternância compreende como necessidade de formação profissional o conhecimento de técnicas diversas as quais podem proporcionar condições de vida digna as famílias. Esse profissional contribui para fortalecer e propor soluções em diversas situações nos territórios de reforma agrária, tais como a agricultura, produção de alimentos, resolução de conflitos, organização de base, implementação de políticas públicas entre outros temas que estão relacionadas diretamente com o território do campo (problemas ambientais, implementação de políticas públicas, e planejamento dos espaços agrícolas e de moradia). Ou seja, o técnico agroecólogo atua no fortalecimento e na proposição de soluções em diversas situações nos territórios de reforma agrária.

No campo esse tipo de formação mediante a pedagogia da alternância visa buscar alternativas de vivências e, também, superar o modelo de produção agrícola convencional, bem como as relações que se formalizam no território. Um outro ponto importante dessa questão é que o processo de formação é direcionado para a constituição do educando como ser ativo na organização social. Há um direcionamento para a luta política e a transformação social em que essa educação coopera na continuidade do processo de formação e na consciência de classe e estratégias para a transformação das pessoas visando uma nova sociedade.

A formação técnica se fortalece na necessidade de que os trabalhadores rurais devem estar preparados para trabalhos cada vez mais complexos no território, com ética e superação utilizando as tecnologias que nos auxiliem como forças produtivas e não destrutivas da vida (LIMA et al, 2015). Nesse processo a educação e formação “é um vínculo necessário com a organização dos trabalhadores e inserção prática em lutas políticas materializando compromisso ético político e o intelectual, e pressionando a pesquisar dentro da realidade” (CALDART, 2014. p.140).

A formação do técnico em agroecologia, compreende como necessidade de formação profissional o conhecimento de técnicas diversas, que podem proporcionar condições de vida digna as famílias. A agricultura, produção de alimentos, conflitos, organização de base entre outros temas estão relacionadas diretamente com os problemas do território (ambientais, implementação de políticas públicas, e planejamento dos espaços agrícolas e de moradia). Ou seja, o técnico agroecólogo viria a ser o sujeito atuante para fortalecer e propor soluções em diversas situações nos territórios de reforma agrária.

Assim, a educação e a agroecologia para a formação técnica ressignificam um outro espaço de disputa pelo território, e a formação técnica (e também humanista) em agroecologia, mediante os agroecólogos, tem como desafio a sua continuidade para a produção de alimentos nas suas comunidades ou assentamentos, fortalecendo a luta pela terra e a luta pela reforma agrária.

Referências Bibliográficas

CALDART, R. S. **MOVIMENTO SEM TERRA: lições de Pedagogia**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, Jan/Jun 2003. p. 50-59

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000^a. p. 315 – 405

CALDART, R. S. Reforma Agrária Popular e Pesquisa: desafios de conteúdo e forma de produção científica. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs): **MST, Universidade e Pesquisa**. 1^a Ed, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2014, p. 137-169

CALDART, R. S. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. IN: PIRES, J. H. NOVAES, H. T. LOPES, J. A. MAZIN, A. D. (Orgs) **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Volume 3. Uberlândia: Ed Navegando Publicações. 2017. p. 265-330.

GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e Desenvolvimento de um Movimento Educativo: As Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação. In: **Seminário Internacional Sobre Pedagogia da Alternância. Pedagogia da Alternância. Alternância e Desenvolvimento**. Salvador, BA: SIMFR/VITAE/UNEFAB. 1999. p. 39-48.

LIMA, A. V. Educação do campo e pedagogia da alternância: algumas considerações metodológicas. Entrelaçando, **Revista Eletrônica de Culturas e Educação** nº6, V.2, 2012. p. 46-60.

LIMA, A.C.; GUHUR, D.M.P.; TONÁ, N; NOMA A.K. Reflexões sobre a educação profissional em Agroecologia no MST: desafios nos cursos técnicos do Paraná. IN: Rodrigues, F.C; Novaes, H.T; Batista, E.L.- (Orgs). **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e educação para além do Capital**. São Paulo: 2^a Ed, 2015. p, 191-216.

NASCIMENTO, C. G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura**: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO. 2005. 318 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Campinas, Campinas. 2005.

PAULA, A. P. SAVELI, E. L. A construção de uma escola necessária para a educação do campo e o projeto educativo do MST. **Revista Diálogos**. V 17, N 1. 2012

PETERSON, P. Agriculturas Alternativas, IN: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P e FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro / São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 40-46.

RODRIGUES, M. F. Proposta educativa do MST: uma tentativa de afirmação frente a história de negação da educação das classes populares. **Revista GUAIRACÁ** Guarapuava, Paraná nº19. 2003. p. 89-108.